

Efeito desastroso da BR-364

A atuação desastrosa do governo federal no projeto Polonoroeste, em Mato Grosso e Rondônia, levanta uma forte desconfiança sobre a estrada no Acre, que ligará o Brasil ao Pacífico. Apesar de representar a salvação econômica da região, como mostrou a reportagem do "Fantástico" há três semanas, suas consequências podem ser nefastas. Especialmente para as florestas, seringueiros e índios, devido à especulação imobiliária, invasão de madeireiras e mineradoras. Numa reportagem parcial, sem denunciar a problemática que a estrada pode causar, o "Fantástico" usou um nacionalismo estranho para defender a obra: "As potências internacionais não querem a construção da estrada", dizia a repórter.



O otimismo do "Fantástico" não é compartilhado pela equipe da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP) que fez a avaliação da primeira etapa do Polonoroeste, entre 1982 e 1987. O programa tinha como espinha dorsal a pavimentação da BR-364, entre Cuiabá e Porto Velho, e visava o desenvolvimento integrado da região. A nível do discurso, o programa tinha como meta harmonizar a integração econômica com a preservação ecológica e a proteção aos pequenos produtores rurais e comunidades indígenas. A avaliação da Fipe mostrou que a prática do governo caminhou em sentido inverso, favorecendo os grandes grupos econômicos. Aumentou a concentração de terras, pois o preço delas subiu muito com a pavimentação da BR-364. "Os pequenos produtores vendiam suas terras devido à falta de créditos e apoio, e deslocavam-se para regiões mais distantes. Os novos donos, na maioria, investiram na pecuária e a agricultura ficou de lado", diz o professor José Juliano de Carvalho Filho, coordenador da avaliação da Fipe e professor da FEA.

o aumento do fluxo migratório. Dos 220 mil habitantes que Rondônia possuía em 1976, o Estado chegou em 1986 com 1,2 milhão de habitantes. "Os recursos destinados à saúde não são suficientes nem para treinamento de pessoal. Falta tudo nos postos de saúde: balança, medicamentos, material de pequenas cirurgias, médicos, enfermeiros e auxiliares de enfermagem". Esta avaliação referente à saúde é do professor Marcos Boulos, da Faculdade de Medicina da USP, que também fez parte da equipe da Fipe. Os casos de malária em Rondônia aumentaram 20% ao ano, entre 82 e 87.

Desmatamento

Segundo a avaliação da Fipe, o Projeto de Preservação do Sistema Ecológico ficou aquém dos seus objetivos. Houve invasões de reservas florestais, desmatamento indiscriminado e a floresta tropical está sendo substituída por pastos e capoeiras em inúmeras áreas. O governo diz que a estrada do Pacífico, que é a continuação da BR-364 de Rio Branco, capital do Acre, até a fronteira com Peru, não alterará o equilíbrio ecológico da região. Só 0,5% da cobertura florestal do Acre será desmatada com a construção da estrada, afirma o governo. Estatísticas do Banco Mundial comprovam que o desmatamento no Acre pulou de 3% da cobertura florestal, em 1980, para mais de 10% no ano passado. O antropólogo Mauro Leonel, que participou das áreas ambiental e indígena da avaliação do Polonoroeste, afirma que o desmatamento será muito maior do que 0,5% no Acre. "Apesar do discurso ambientalista do governo, não há vontade política em preservar as florestas do grande capital. Nestas condições, o impacto de uma estrada numa região como o Acre terá um efeito demolidor sobre as matas, com a entrada de madeireiras e mineradoras."

O professor José Juliano afirma que a parte social do projeto da estrada do Pacífico só será positiva se houver uma correlação de forças no governo central favorável à proteção das populações vulneráveis e do meio ambiente. "Sou cético quanto à vontade política do governo em preservar a natureza e apoiar os pequenos produtores e comunidades indígenas da região. E não é por questão ideológica, mas por experiência de pesquisa e avaliação de grandes projetos no norte e nordeste e centro-oeste. As populações vulneráveis sempre saem perdendo, apesar do discurso com boas intenções."

Social desprezado

A parte econômica do Polonoroeste caminhou muito bem, ao contrário dos projetos sociais, desprezados pelo governo. O professor José Juliano afirma que seria fundamental a atuação na área social, através da construção de postos de saúde, escolas e estradas vicinais. A reconstrução e pavimentação da estrada causou um impacto grande nas populações vulneráveis, agravado com

Devido à avaliação da Fipe, em alguns momentos a relação do governo federal com o Banco Mundial foi conflituosa. O banco atrasou parcelas dos empréstimos por diversas vezes até que o governo tomasse certas providências. Em 1987, encerrou-se o primeiro período do Polonoroeste, e a equipe da Fipe não foi chamada a avaliar a segunda etapa do programa, que está começando. "Institutos independentes, como a Fipe, criam problemas, de acordo com a visão do governo. Na verdade, não há interesse das autoridades em que a avaliação retrate a realidade", diz o professor José Juliano.

Estrada pode acelerar genocídio indígena

A estrada do Pacífico será conhecida como mais uma página na história de genocídio dos povos indígenas do Brasil. Isto ocorrerá se não forem tomadas uma série de medidas preventivas, conforme afirma a antropóloga Betty Mindlin, que coordenou a avaliação da componente indígena do Polonoroeste. E as medidas devem ser tomadas antes do asfaltamento do trecho da BR-364 de Rio Branco até a fronteira com o Peru: demarcação das áreas indígenas, identificação dos grupos de índios isolados, proteção aos recursos naturais (madeira e minério, por exemplo), controle contra invasões das terras indígenas e assistência à saúde.

Betty e Mauro Leonel, outro antropólogo que participou da avaliação da Fipe, não têm nenhuma ilusão na Funai - Fundação Nacional do Índio. "A Funai está sendo monitorada por militares que pensam de forma semelhante ao general Leônidas Pires". Mauro Leonel referiu-se ao discurso do general no dia do índio, em que considerou a cultura dos índios como de baixo nível.

No Polonoroeste, das 88 áreas indígenas previstas para demarcação, apenas 30 foram demarcadas e, destas, só duas estão com as garantias legais. As terras indígenas na região de Rondônia e Mato Grosso, abrangidas pela BR-364, são constantemente invadidas por madeireiras e mineradoras. A malária também atingiu os índios.

Segundo Betty, "o trabalho da Fipe foi cortado pelo governo brasileiro devido à independência crítica da equipe. O próprio componente indígena do Polonoroeste está suspenso - os desastres continuam sem qualquer paliativo, corretivo, registro ou acompanhamento". Para ela, o trabalho da Fipe provou que não adianta se instituir uma avaliação independente, "se esta não tem participação nos mecanismos decisórios".